



Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 41 24.10.2005

CMS retoma mobilização

CMS aprova calendário de mobilizações e retoma mobilização em defesa da classe trabalhadora

Cerca de 150 representantes dos mais variados movimentos sociais e populares de 13 estados participaram do 3º Encontro Nacional da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) no último dia 15, na sede do Sindicato dos Químicos de SP. A coordenação deliberou o novo calendário de atividades que promete ser mais ofensiva e prioriza atividades estratégicas de luta que beneficie a classe trabalhadora.

Entre as atividades que serão centralizadas pela CMS até o final do ano, está a participação na assembléia popular (25 a 28 de outubro), atividades de protesto contra a vinda de Bush ao Brasil (6 de novembro), e a II Marcha pelo Salário Mínimo (30 de novembro), que colocará o tema antes do fechamento do Orçamento na pauta de discussões. A elaboração de um novo documento com eixo mobilizador liderado pela CUT, UNE, MST, MMM, CONAN e CGTB, reafirmando o descontentamento dos movimentos sociais frente à política econômica e a necessidade de uma reformulação que contemple a classe trabalhadora, também foi deliberado.

Para dar subsídios ao debate, o economista Ricardo Carneiro da UNICAMP abordou as formas de inserção na globalização através de modelos alternativos. A economista Marilene Oliveira Teixeira, da PUC/SP, analisou em cima de estatísticas o momento político do país. O jornalista e coordenador-geral do Instituto Maurício Grabois, Altamiro Borges, estimulou a reflexão sobre a conjuntura vivida e futura do país. Para Altamiro, a CMS tem o papel de participar com as grandes discussões políticas e econômicas do país, interferindo no orçamento para definir o valor do salário mínimo. "Precisamos lembrar que a CMS retomou o movimento grevista superando o número de mobilizações do ano passado. É por este motivo que estamos aqui para construir uma política que melhore a condição de vida da classe trabalhadora" afirmou.

Outro ponto observado para o avanço da luta, foi a consolidação das CMSs estaduais para identificar as prioridades e necessidades locais, e à partir desta realidade unificar o movimento. Em entrevista ao Portal Mundo do Trabalho, o secretário nacional de Comunicação da CUT, Antonio Carlos Spis, lembrou o desprezo do governo Lula no que se refere aos meios de comunicação alternativos. "O governo deu importância somente para a grande mídia e quando precisou de voz não pode falar a não ser por meios oficiais, que distorcem a informação. Nunca vimos tantas rádios comunitárias serem fechadas e perseguidas. O governo Lula está pecando de forma fatal neste ponto. De que forma o povo saberá a verdadeira intenção deste governo se não pela grande mídia? Isto é um absurdo", enfatizou Spis.

Movimentos sociais exigem rompimento da camisa-de-força do superávit primário

Por: Antonio Carlos Spis

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que congrega CUT, UNE, MST e as principais entidades representativas dos segmentos populares do nosso país, realizará sua terceira plenária nacional neste final de semana em São Paulo com o desafio de revigorar suas forças para ampliar a pressão pelas mudanças na política econômica, libertando o Brasil das amarras do sistema financeiro e construindo a justiça social.

Responsável pelas maiores mobilizações contra a tentativa golpista da mídia de encurtar o mandato do presidente Lula e em defesa do projeto político que o elegeu, desde os primeiros ventos da atual crise política, a CMS afirmou em sua Carta ao Povo Brasileiro a necessidade de "reconstruir uma nova maioria política e social em torno de uma plataforma anti-neoliberal".

Diante do ataque da direita, por duas vezes fomos até o presidente, onde lhe entregamos em mãos nossas propostas, cuja espinha dorsal é a construção de um novo modelo de desenvolvimento, sustentável, soberano, sem o qual a cidadania é mera obra de ficção, afogada na miséria, na fome

e na exclusão. Infelizmente, o presidente não correspondeu ao nosso aceno e, pior, ao invés de estreitar os laços com os movimentos sociais, preferiu aprofundar sua relação com o fisiologismo partidário inteiramente descomprometido com a mudança.

Para nós, é inconcebível que o país continue sendo sangrado para engordar meia dúzia de agiotas e especuladores, que sobrevivem da parasitagem das nossas economias por meio do absurdo superávit primário e das mais altas taxas de juros de todo o mundo. Precisamos de um novo modelo de desenvolvimento, que priorize as necessidades do povo e coloque o ser humano no centro.

SANGRIA - Conforme dados do próprio Banco Central, os gastos com juros atingiram a escandalosa cifra de R\$ 150 bilhões nos últimos doze meses, escancarando até onde chega o favorecimento ao setor financeiro, notoriamente controlado pelos bancos estrangeiros. Para pagar essa montanha de dinheiro, até agosto, o superávit primário já alcançava R\$ 78,9 bilhões (6,3% do PIB), superior portanto aos 4,25% do PIB acordados com o FMI. Apesar disso, a dívida líquida do setor público continuou crescendo, atingindo R\$ 973,7 bilhões (51,7% do PIB), um crescimento de R\$ 1,9 bilhão em relação a julho. Uma lógica irracional que rendeu elogios à equipe econômica nos antros financeiros internacionais, mas que tem seu custo social ao alcance dos nossos olhos, com o agravamento da desigualdade e da violência.

É importante ressaltar que o mesmo monopólio dos meios de comunicação que fabrica crises e transforma boatos em fatos contra os avanços obtidos pelo nosso governo - particularmente no que diz respeito à sua política externa, de não aceitar a submissão à Alca e as imposições norte-americanas, de construir alianças com base em nossos interesses estratégicos, históricos e culturais e ampliar relações e mercados - quando o assunto é política econômica, tenta a todo custo blindar os aspectos mais nefastos e anti-nacionais, na busca de perpetuar a herança legada pelos tucanos.

DEMOCRATIZAÇÃO - No nosso entender, só haverá uma plena democratização da sociedade brasileira quando for extirpado o câncer dos monopólios dos meios de comunicação, hipertrofiado hoje nas mãos de poucas famílias. É preciso fortalecer as redes públicas de rádio e televisão, bem como as redes comunitárias, para garantir o mais amplo debate sobre os novos rumos para o país, mas também para divulgar os êxitos que começamos a obter. Reafirmamos que é pelos avanços deste governo que o PSDB e o PFL pretendem enfraquecê-lo ou derrubá-lo e que não há saída à esquerda. Com todos os problemas apontados, continuamos apostando no governo Lula, acreditando que este governo ainda reúne as condições para, enfrentando os seus inimigos, externos e internos, cumprir com o seu papel histórico e honrar a confiança depositada por 53 milhões de eleitores.

É justamente para que dê certo, que voltaremos às ruas. Queremos que o Orçamento de 2006 contemple as necessidades da nossa gente, dos trabalhadores do campo e da cidade, das donas de casa, dos estudantes, dos sem teto, sem terra, sem emprego, dos oprimidos nas imensas e crescentes periferias, de um povo pobre num país com riqueza abundante. Por isso reafirmamos a necessidade da taxação das grandes fortunas, como forma de financiar a crescente valorização do salário mínimo; reforçamos nossa luta pela conversão dos recursos da dívida externa em investimentos na educação pública; pela suspensão dos leilões do petróleo e uma nova lei que preserve o patrimônio nacional; pelo fortalecimento do serviço público e das políticas sociais; por uma reforma política democrática com financiamentos públicos, para pôr fim à escandalosa interferência do poder econômico.

MOBILIZAÇÃO E ESPERANÇA - Lembro de uma das muitas conclamações, cada vez mais atuais, da Carta ao Povo Brasileiro: "Diante da atual crise, o governo Lula terá a opção de retomar o projeto pelo qual foi eleito, e que mobilizou a esperança de milhões de brasileiros e brasileiras. Projeto este que tem como base a transformação da sociedade e do Estado brasileiros, uma sociedade dividida entre os que tudo podem e tudo têm e aqueles que nada podem e nada têm".

Ampliando para o espectro latino-americano, participei recentemente em Caracas, representando a CMS e a CUT, de uma importante reunião do Secretariado Político do Congresso Bolivariano dos Povos (CBP), onde fortalecemos nosso compromisso com uma integração soberana, com solidariedade e complementação das nossas economias. Para isso, naturalmente, necessitamos amplificar a luta contra as chantagens e ingerências de todo tipo realizadas pelo imperialismo norte-americano sobre nossos países e povos, que tenta desunir para reinar.

Voltando à nossa trincheira verde e amarela, nos próximos dias 28, 29 e 30 de novembro, durante a II Marcha Nacional pelo aumento do salário mínimo e pela redução da jornada, teremos uma nova oportunidade de demonstrar o nosso compromisso com o povo brasileiro, e reafirmar que ou o Brasil acaba com essa política econômica ou ela acaba com o Brasil. (*Agência CUT, Ponto de Vista, 14.10.2005*)

CNM estreita relações com metalúrgicos africanos

No dia 10 de outubro último Fernando Lopes, o nosso secretário geral, reuniu-se com o companheiro Simão Quibeta, presidente da Federação dos Sindicatos das Industrias Metalúrgicas, Extrativa, Energética e Química de Angola- FSIMEQ.

O companheiro Simão estava no Brasil para realizar contatos políticos e sindicais visando estreitar os laços de solidariedade entre os sindicalistas brasileiros e angolanos.

Um dos assuntos tratados na reunião foi a da construção de uma coordenação sindical dos metalúrgicos nos marcos da Comunidade de Países de fala Portuguesa (CPLP).

A FSIMEQ representa aproximadamente 18.000 trabalhadores de Angola e é o sindicato industrial mais importante daquele país irmão. O setor industrial e de infra estrutura tem grandes perspectivas de crescimento em Angola , já que o país se encontra pacificado depois de décadas de guerra civil e sua economia encontra-se em plena recuperação.

Ainda dando seqüência aos contatos com sindicatos de língua portuguesa , a CNM estará recebendo no período de 1 a 30 de novembro o companheiro Kapita. Kapita também é Angolano e trabalha no escritório da FITIM na África do Sul, sendo responsável pelo trabalho de formação e organização nos países de fala portuguesa e francófonos. Kapita participará de diversas atividades em SP e RS.

CUT quer juros baixos e crescimento acima de 4,5%

João Felício defende o fim da confusão de papéis do governo, do PT e da Central Sindical. João Antônio Felício, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ex-presidente do Sindicato dos Professores da Rede Oficial de São Paulo e ativo sindicalista desde os anos 70, promete pressionar o Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda Antonio Palocci e até o Banco Central para que os juros baixem e o Brasil cresça mais do que os 3,5% desse ano e os 4,5% prometidos para 2006. "Esse crescimento não resolve os problemas do País e da classe trabalhadora, podemos crescer muito mais do que isso", diz João Felício, sem deixar de elogiar os "avanços na economia, no emprego e na área social" que ele considera ter alcançado o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Professor de Educação Artística, Felício chegou a sofrer um certo preconceito ao ser chamado para substituir o agora ministro do Trabalho, Luiz Marinho, na presidência da CUT justamente por não ter origem no chão de fábrica como todos os que o antecederam na direção da central sindical. Mas as suas posições são tão firmes como qualquer outro dirigente sindical cutista. Ele não quer mais ver confundidos os papéis do governo, do PT e ao que cabe à CUT. "Nós renegamos essa concepção conservadora, o governo e o PT não determinam as ações da CUT", reclama o professor.

A seguir, os principais pontos da entrevista concedida à Gazeta Mercantil na última sexta-feira, minutos antes de participar de mais uma manifestação dos professores da rede estadual e enfrentar o pelotão de choque em plena avenida Paulista, em São Paulo.

A CUT

"A CUT está muito bem, para se ter uma idéia só esse ano tivemos a filiação de 99 novos sindicatos à nossa central. Continua praticando o mesmo sindicalismo ousado, combativo, de luta, com enraizamento na base como desde a sua fundação. Não mudamos absolutamente nada. Aliás, é só andar pelo País para ver que as categorias que reivindicam, fazem greves ou manifestações são sempre vinculadas a nós. Esse foi o jeito que a CUT se constituiu e jamais vai mudar. Acredito que é um momento de apogeu da CUT. O que faço questão de reforçar é a questão da autonomia. As laudas já estavam escritas, tanto pela direita como pela esquerda, que o dia em que o PT chegasse ao poder os conservadores da direita e a ultra esquerda diriam que a CUT também chegou ao poder. Considerando-a portanto como uma extensão do aparelho de estado, uma visão histórica que tenta estabelecer uma relação promíscua entre os movimentos sociais, o partido (PT) e o governo. Nós renegamos essa concepção conservadora, o governo e o PT não determina as ações da CUT, portanto para nós o principio da autonomia é fundamental na ação sindical, não abrimos mão do direito de critica e divergência. É óbvio que temos lado."

"Não nego que uma boa parcela dos dirigentes da CUT é vinculada ao PT, parcela expressiva, mas a central é muito mais ampla do que o partido, congrega, por exemplo, militantes do PCdoB, PSB, do PDT e inclusive do PMDB, sempre os partidos direcionados do centro para a esquerda. Na verdade, a CUT acaba sendo uma frente, em busca do consenso, até para ter um mínimo de unidade na ação. Nunca o PT exigiu que a CUT se submetesse à sua lógica, e nem vice-versa. A CUT nunca

teve esse comportamento, temos uma relação respeitosa, inclusive com o mesmo arco de alianças de movimentos sociais que resultou na vitória do Lula."

"Podemos escolher qualquer ponto para compararmos com o governo passado, temas vinculados ao mundo do trabalho. Em qualquer um deles o governo Lula é melhor. Empregos com carteira assinada, crescimento econômico, ousadia na política externa, relação com os movimentos sociais. O governo Lula está muito mais avançado inegavelmente, tivemos uma enorme dificuldade com o governo passado. Sem medo de ter uma posição firmada, não queremos o retorno dos neoliberais ao poder, mas não quer dizer que não participamos de greve de funcionários públicos federais, por exemplo, portanto não é porque reconhecemos os avanços que abdicaremos do direito da crítica e da divergência."

"Acredito que temos uma política econômica muito submetida ao status quo, às regras de controle da inflação com a taxa de juros, com o pagamento dos serviços da dívida. Acreditamos que o governo poderia forçar uma negociação para ter mais dinheiro para investir na área social e na infraestrutura, uma rolagem maior para ter uma parte dos R\$ 100 bilhões utilizados no pagamento dos serviços da dívida para investimentos. Temos divergências com a concepção ortodoxa e conservadora da gestão da economia. Eu reconheço que está melhor do que no passado, mas poderíamos ter em 2006 um crescimento de 5 a 6% que é o que reivindicamos. 3,5% não resolve os problemas do País e da classe trabalhadora."

Reforma sindical

"Somos defensores da convenção de 1987 da OIT, do fim do imposto e da unicidade sindical. Mas não somos os únicos que queremos isso, há outros movimentos, por isso terá que haver unidade e consenso sobre o assunto. A proposta que está no Congresso tem avanços mas também defeitos incríveis, como o direito de greve e do substituto processual da ação coletiva negociado em nome da base. Além disso, concede super poderes ao Ministério da Trabalho. Sou humilde e, sabendo das dificuldades e da fragmentação no movimento sindical, se conseguirmos o reconhecimento das centrais sindicais, a organização para o local de trabalho, o substituto processual e conseguir uma caminho para substituir o imposto sindical pela taxa negocial, já me dou por satisfeito."

"A nossa luta é pela carteira assinada que coloca o trabalhador no patamar de cidadão pleno de seus direitos. Há 10 anos apenas 60% dos assalariados tinham carteira assinada, esse número chegou a cair para 45% em 2003. Mas para se ter emprego é preciso crescimento econômico, por isso martelamos na tese do crescimento de 5 a 7% ao ano. Para nós isso é fundamental. O salário mínimo é a mais certa ferramenta de distribuição de renda para o País, pois existe um contingente enorme de trabalhadores no País, especialmente nas regiões mais pobres, onde o salário mínimo é um referencial muito forte. Por isso, temos colocado como a nossa grande estratégia, não só para elevar a massa salarial, mas acima de tudo para distribuir renda. Por isso propusemos a taxa de 1,5% para os patrimônios acima de R\$ 2,4 milhões para a criação de um fundo de solidariedade administrado pelas centrais sindicais, o poder público e empresários. Esse fundo é o suficiente para dar aumento real de salário mínimo, durante sete anos, com a inflação e mais um aumento de 8,9% todos os anos. Não dá mais para todo ano fazer campanha para conseguir um pequeno aumento real de salário. Precisamos de uma política de longo prazo, duradoura, que consiga sair dessa política insustentável."

"Somos defensores da convenção da Organização Mundial do Trabalho (OIT) de 1987, do fim do imposto e da unicidade sindical"

"Ele ainda não decidiu, em 2006 teremos dois projetos na disputa, um cenário parecido com a eleição passada. O PFL e o PSDB lançarão uma candidatura para disputar com a do campo democrático popular que eu defendo que seja o Lula. Para mim ele tem carisma, potencial de voto e relação solidária com os movimentos sociais o que pode fazer com que o País avance mais na distribuição de renda."

"Se a esquerda tivesse ganho a eleição com os partidos aliados históricos, e conseguido assim a maioria no Congresso, a situação seria diferente. Teriam condições de viabilizar com mais ousadia o projeto do PT, não precisaria das alianças que fez para governar. Mas o que questiono é a forma como isso foi feito, caímos no jeito de ser que sempre foi feito. Em busca de uma maioria para governar estabeleceram negociações com os partidos para ocupar espaço no poder público. Eu defendi que o governo tinha que ter uma aliança com o PMDB que tem base social, um segmento nacionalista, governa importantes estados do País. Mas não foi possível naquele momento ou por que encontrou enormes dificuldades no governo Lula ou porque o outro lado não se colocou a campo para fazer uma gestão compartilhada. Aí optou por fazer alianças com partidos que nunca foram aliados, talvez não tivesse outra alternativa mas que não foi bom não foi. Espero que façamos uma aliança mais de centro para esquerda em 2006." (*Gazeta Mercantil*, 24.10.2005)

Sob pressão, sindicatos fazem concessões nos EUA

Acordo da GM segue padrão de redução de custos trabalhistas

Tatiana Bautzer De Washington

Os enormes prejuízos da indústria automobilística e as concordatas de companhias aéreas estão forçando grandes concessões dos sindicatos mais poderosos dos Estados Unidos. As entidades sindicais não têm uma fração do poder dos sindicatos europeus, mas as concessões que os trabalhadores estão sendo forçados a fazer são sem precedentes, especialmente na indústria automobilística. As dificuldades de alguns dos maiores empregadores do país soma-se à transferência de empregos de baixa qualificação na indústria para países como China e Índia, o que acua ainda mais o movimento sindical.

Deve ser votado no fim de semana o acordo proposto pela General Motors ao United Automobile Workers (UAW) para reduzir despesas de saúde de funcionários aposentados. A proposta deve reduzir em US\$ 1 bilhão os gastos anuais com saúde. O presidente da GM, Rick Wagoner, anunciou o acordo esta semana como parte do esforço de reestruturação da empresa, que fechou o terceiro trimestre com prejuízo de US\$ 1,6 bilhão - as perdas no ano chegam a US\$ 4 bilhões. O UAW, que representa a elite dos trabalhadores da indústria nos EUA, está sendo forçado a concessões no acordo coletivo que terminaria em 2007, em meio a um clima cada vez pior para a indústria automobilística americana. Tanto a Ford quanto a GM foram rebaixadas pelas agências de risco. A Ford também está negociando com o sindicato a redução de gastos com planos de saúde.

Os trabalhadores filiados à UAW são considerados "aristocratas" se comparados a empregados de setores com entidades sindicais não tão poderosas. A indústria automobilística é uma das poucas que concedem planos de saúde com benefícios generosos e sem necessidade de repartição do custo com o trabalhador. Essas condições praticamente não existem em empresas fora da área de saúde.

A espada sobre a cabeça dos sindicatos é a possibilidade de as grandes indústrias pedirem concordata, o que automaticamente reabre as negociações sobre condições trabalhistas. O primeiro teste do poder de barganha dos sindicatos na reestruturação ocorrerá com a Delphi, maior fabricante de autopeças do mundo, que entrou com pedido de concordata neste mês. A empresa está tentando negociar reduções de mais de 50% nos salários, de US\$ 27 por hora de trabalho para US\$ 10 por hora.

A redução salarial é apresentada pelas companhias como a única maneira de competir com cadeias de produção globais que incluem unidades em países com baixos custos de trabalho.

Os exemplos de concessões são grandes na indústria aérea e siderúrgica, por exemplo. Trabalhadores da Delta Air Lines estão tentando defender a continuidade das contribuições da empresa a seus fundos de pensão na corte de falências de Atlanta. A United Airlines está pedindo à corte de Chicago que autorize a transferência do seu fundo de pensão, que tem um rombo atuarial bilionário, à entidade governamental Pension Benefit Guarantee Corporation (PBGC), que assumiria as obrigações do fundo em troca de títulos de dívida e ações da companhia. Os pilotos e outras categorias já aceitaram redução salarial. A American Airlines também fez a mesma negociação. A Northwest Airlines derrotou uma greve de mecânicos contratando um exército de trabalhadores temporários para não interromper os seus vôos.

A dificuldade de reação às rápidas mudanças nas condições de trabalho de empresas americanas está aumentando as divisões no movimento sindical. Vários sindicatos decidiram este ano desfiliar-se da confederação sindical AFL-CIO, alegando que a confederação não está sendo "efetiva" na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Uma das ações da central sindical tem sido pressionar por sanções à China por manipulação da moeda, alertando para a perda de empregos na área de manufaturas. O problema é que a transferência de unidades de produção para o país foi tão grande nos últimos anos que, para muitas multinacionais americanas, a China é uma parte fundamental de suas cadeias de produção. (*Valor*, 19.10.2005)

Ford tem perda de US\$ 284 milhões no terceiro trimestre

O fabricante americano de automóveis Ford anunciou nesta quinta-feira uma perda líquida de US\$ 284 milhões no terceiro trimestre, o equivalente a uma queda de US\$ 0,15 por ação, indicando que apresentará um plano de reestruturação em janeiro.

Sem contar elementos extras, o prejuízo foi de US\$ 191 milhões (US\$ 0,10 por ação). As previsões dos analistas eram de uma perda de nove centavos por ação.

No mesmo período do ano anterior, a Ford obteve um lucro líquido de US\$ 266 milhões, ou seja, ganho de US\$ 0,15 por ação. O faturamento aumentou 4,6% em relação ao mesmo período do ano passado, ficando em US\$ 40,9 bilhões. Da AFP) (*Diário do Grande ABC*, 21.10.2005)

Um fim sinistro para a máquina americana

BusinessWeek

As grandes companhias americanas foram enormes geradoras de riqueza para seus acionistas ao longo das três últimas décadas, dominando mercados, devorando concorrentes, cortando custos - e demitindo trabalhadores -, implacavelmente, para se manterem na dianteira no jogo da globalização.

Mas isso pode estar a ponto de mudar, diz Barry C. Lynn em "End of the Line: The Rise and Coming Fall of the Global Corporation" (Fim da Linha: a Ascensão e a Futura Queda da Corporação Global). Essas mesmas empresas "construíram um sistema tão hiperespecializado e enxuto que um problema relativamente pequeno na produção no outro lado do mundo poderia devastar grandes setores da economia americana", afirma o autor.

Esse sistema, que envolve controles de estoques "just-in-time", terceirização da produção e desregulamentação por Washington, "poderá revelar-se, talvez, o mais grave erro da história dos EUA", diz Lynn.

É uma afirmação um pouco exagerada. Mas alguns sinais preocupantes de nossa vulnerabilidade já produziram manchetes. Como destaca Lynn, um terremoto em Taiwan em 1999 resultou na paralisação de fábricas de aparelhos eletrônicos em todo o mundo, ao interromper o suprimento de semicondutores produzidos por apenas duas companhias instaladas num mesmo parque industrial. Uma explosão numa indústria química no Japão em 1993 reduziu à metade a capacidade mundial de produção de uma resina empregada na fabricação de chips para computadores. No mês seguinte, o preço de chips de memória dobrou, encarecendo os laptops em até US\$ 100. Uma greve de estivadores que durou dez dias na Costa Oeste em 2002 custou à economia dos EUA US\$ 20 bilhões em produção perdida, quando fábricas americanas ficaram impossibilitadas de importar componentes. E os terroristas que praticaram os ataques de 11 de setembro de 2001 conseguiram paralisar o tráfego aéreo durante dias e tornar mais lenta a movimentação de mercadorias do México e Canadá.

Usando exemplos de multinacionais americanas como a Cisco Systems, Dell, FedEx, General Electric, General Motors e Wal-Mart Stores, Lynn mostra como os cortes de custos e a terceirização adotada por empresas líderes em seus setores converteu-se num processo de realimentação que deixou as grandes corporações perigosamente vulneráveis a interrupções até mesmo pequenas em suas cadeias de suprimentos.

Como isso veio a acontecer? A empresa de transportes FedEx incentivou os fabricantes americanos a confiar na entrega diária de componentes mundiais a suas linhas de montagem. A Cisco demonstrou como um gigantesco fabricante no setor de alta tecnologia pode surgir ao alocar antecipadamente a maior parte do trabalho a outras companhias e deixando pouco para ser feito "em casa".

Lynn culpa menos os líderes empresariais do que a política econômica dos governos americanos pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente a da administração Clinton. Repetidamente, Washington abraçou um equivocado entusiasmo pela globalização e por acordos de livre comércio, deixando para trás a política industrial pró-manufatura defendida por Alexander Hamilton e quase dois séculos de outros líderes, diz Lynn.

Os EUA também passaram a ver a distribuição de suas unidades produtivas por todo o mundo como uma tática inteligente de política externa para combater na Guerra Fria, disseminar a democracia e aproximar países formando uma rede interdependente. Agora, os EUA defrontam-se com "o fim da linha", ou uma violenta queda em sua capacidade fabril, em consequência de décadas de persistente terceirização no exterior.

Evidenciar o nexos entre a atabalhoada política de Washington e a miopia empresarial é um tema instigante, e Lynn, um antigo jornalista especializado na área empresarial, passa sua mensagem com referências oportunas à história empresarial contemporânea.

Mas "End of the Line" tem suas imperfeições. Ao leitor não são fornecidas, por exemplo, muitas informações de bastidores e detalhes sobre o pensamento dos comandantes das companhias que transformaram tão radicalmente a paisagem empresarial.

No capítulo em que apresenta suas soluções - "de rigueur" nesse tipo de livros - Lynn defende uma "reversão radical da desregulamentação" no "território industrial" americano que nunca será implementada pela atual Casa Branca, pelo Congresso ou pela Suprema Corte. Por exemplo, Lynn

gostaria de exigir que as empresas mantivessem triplos fornecedores de componentes e serviços localizados em dois ou mais países, e que tornassem todos esses contratos públicos.

Isso não acontecerá em curto prazo. Nem estamos, em minha opinião, às vésperas de testemunhar a queda da empresa multinacional, no cenário pintado por Lynn. Mas quando Hollywood fizer um filme baseado nesse livro - "Terremotos! Terrorismo! Turbulência nas Cadeias de Suprimentos!" - os adversários da globalização provavelmente correrão aos cinemas (*Valor*, 20.10.2005)

Liberalização tarifária tem efeitos danosos

A proposta de redução tarifária para bens industrializados elaborada pelo Ministério da Fazenda no âmbito da Rodada de Doha - que, segundo o ministro Antonio Palocci, acabou "vazando à imprensa" e, conseqüentemente, ao mercado - traria um resultado desastroso para a competitividade internacional da economia brasileira. Pelo menos é o que aponta um estudo feito pelo Noronha Advogados, escritório de atividades internacionais sediado em São Paulo e com bases permanentes localizadas em cidades do exterior consideradas estratégicas - Buenos Aires, Londres, Lisboa, Los Angeles, Miami, e em Shanghai.

Segundo o estudo, caso seja levado adiante a idéia do Ministério da Fazenda, que propõe a redução de 35% para 10,5% na tarifa máxima consolidada de importação - registrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) -, o País teria um incentivo às importações "jamais visto em qualquer lugar do mundo, com resultados desastrosos para qualquer economia do planeta".

Para chegar a essa conclusão, o estudo do escritório Noronha relacionou a forte valorização do real brasileiro em relação ao dólar, que este ano chegou a 30%, com o cenário de redução tarifária ocorrido a partir da proposta feita pelo ministério. No quadro atual, ou seja, levando em conta a tarifa consolidada de 35%, o câmbio valorizado barateou as importações em 30%, aliviando, em grande parte, os efeitos da alíquota, diz o estudo. Assim, no cenário de hoje, "por causa da valorização artificial do real, a tarifa líquida passou a 5%".

Já no cenário em que é colocado em prática a proposta do Ministério da Fazenda, de uma tarifa máxima de 10,5%, o que resultaria numa média de 9,79% para a tarifa brasileira (ante a média atual de 14%), a tarifa líquida, descontado o efeito de 30% da valorização cambial, atingiria 20,21% negativos, ou seja, nas palavras de Noronha, "um bizarro incentivo às importações".

"Enquanto o País estuda estratégias desse tipo, os países desenvolvidos não abrem mão de seu perfil tarifário, que mantém tarifas médias abaixo de 2% para produtos de pouco interesse, e picos variáveis acima de 16% para setores considerados estratégicos", compara.

Segundo o advogado, assim, a idéia discutida pela Fazenda - que provocou divergências dentro do próprio governo - reforça "o amadorismo brasileiro nas negociações em âmbito internacional". "Para ele, o Brasil vem revelando a sua incapacidade de tratar corretamente assuntos externos desde a Rodada Uruguaí, em 1993. "Hoje, estamos pagando a conta das negociações malsucedidas do passado", completa, citando como exemplo um estudo do Fundo Monetário Internacional. "Esse trabalho do FMI mostra que, ao longo da década de 90, os países desenvolvidos elevaram o valor de suas exportações per capita em US\$ 1.938, enquanto os países em desenvolvimento incrementaram o valor em apenas US\$ 98", afirma.

O mesmo estudo do FMI, de acordo com Noronha, aponta que, nos seis anos seguintes à assinatura dos chamados Tratados de Marrakech, os países desenvolvidos ficaram com 73% dos benefícios da Rodada do Uruguaí, contra apenas 27% para os países em desenvolvimento.

Para o advogado, a sobrevalorização cambial, combinada com a hipótese de redução tarifária, é apenas uma das "anomalias da atual governo. "Antes de fechar qualquer posição brasileira para as negociações da Rodada Doha, é preciso corrigir outros defeitos graves do País", diz, citando, além do problema cambial, a "alta taxa de juros e a falta de competitividade da infra-estrutura legislativa e tributária. "Só que não me parece que o governo esteja caminhando para esse sentido, pois, diante dos problemas de ordem política, não vejo clima para reformas no curto prazo", afirma.

Em seu estudo, Noronha ainda destaca uma pesquisa do Bird (Banco Mundial) em que mostra a posição do Brasil no ranking mundial de tributação, divulgado há cerca de um mês. "Ficamos na 153ª posição entre os 155 países analisados, à frente apenas de Burundi e Serra Leoa", afirma. (*Gazeta Mercantil*, 21.10.2005)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>